

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO  
DANIEL COUSSIRAT DE AZEVEDO

*Coordenadores*

Prefácios

*Luiz Fux*

*Luís Roberto Barroso*

# TEORI NA PRÁTICA

Uma biografia intelectual

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

© 2022 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella ■ Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Lines Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Conselho de apoio, estruturação e organização: Caio Victor Ribeiro dos Santos / Frederico Carvalho Dias

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

12.9536

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

S451t	Seefelder Filho, Claudio Xavier Teori na prática: uma biografia intelectual / Claudio Xavier Seefelder Filho, Daniel Coussirat de Azevedo. – Belo Horizonte : Fórum, 2022. 498 p. ; 17cm x 24cm.  Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-344-3  1. Direito Público. 2. Biografia. I. Azevedo, Daniel Coussirat de. II. Título.	
2022-633		CDD: 341 CDU: 342

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SEEFELDER FILHO, Claudio Xavier; AZEVEDO, Daniel Coussirat de (Coord.). *Teori na prática: uma biografia intelectual*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 498 p. ISBN 978-65-5518-344-3.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<b>Luiz Fux</b> .....	19
PREFÁCIO	
<b>Luís Roberto Barroso</b> .....	21
APRESENTAÇÃO	
<b>Claudio Xavier Seefelder Filho, Daniel Coussirat de Azevedo</b> .....	25
A REPÚBLICA, O FEDERALISMO E O STF	
<b>Nelson Azevedo Jobim</b> .....	27
1 A República. Constituição de 1891.....	27
2 As transições conciliatórias .....	31
3 A República. Constituição de 1891. Continuação .....	33
3.1 O Supremo Tribunal Federal .....	35
3.2 Controle da constitucionalidade e as decisões das justiças estaduais .....	36
3.3 Lei nº 221, 20.11.1894, e Amaro Cavalcanti.....	36
3.4 A França e os Estados Unidos da América .....	38
3.5 Brasil .....	41
3.5.1 Hipótese para a solução de 1894.....	41
3.5.2 Da Emenda Constitucional de 1926 à EC nº 16 de 1965.....	42
4 Teori Zavascki e a ADI nº 4.650/DF .....	44
A GRANDE MENSAGEM DO MINIMALISMO: ADI Nº 4.650 COMO CRÔNICA DA MENTALIDADE DECISÓRIA DE TEORI ZAVASCKI	
<b>Daniel Pincowscy</b> .....	49
Introdução.....	49
Breve contextualização da ADI nº 4.650.....	51
O direito em tempos de constitucionalismo: o que podemos aprender com as diferentes mentalidades judiciárias .....	52
“Empresa não vota”: ciladas argumentativas, os custos deliberativos e as consequências adversas envolvidas na vedação judicial do financiamento empresarial da política.....	57
Conclusão.....	63
Referências .....	64
GARANTIAS INDIVIDUAIS E CULPABILIDADE NA AÇÃO DE IMPROBIDADE. ENSINAMENTOS DE TEORI ZAVASCKI	
<b>Gilson Dipp, Rafael de A. Araripe Carneiro</b> .....	65
Considerações iniciais .....	65
1 A identidade com o direito penal e a observância das garantias individuais...	66

2	As características incomuns e inéditas da ação da improbidade .....	68
3	O elemento subjetivo nos julgados de Teori .....	69
4	Contexto crítico que justificou a nova Lei de Improbidade .....	71
5	A reforma da Lei nº 14.230/21 sob a ótica de Teori .....	73
	Conclusões .....	75
	Referências .....	75

## RESPONSABILIDADE CIVIL: O ESTADO COMO AGENTE ATIVO E PASSIVO DA CONDUTA LESIVA

<b>Grace Mendonça</b> .....	77
Considerações iniciais .....	77
I    Responsabilidade civil do Estado.....	77
II   Ressarcimento ao erário.....	81
III  Interesse público e responsabilidade civil .....	82

## A NATUREZA JURÍDICA DO PEDÁGIO E A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI

<b>Marcus Vinicius Barbosa</b> .....	85
I    Introdução.....	85
II   Comentários ao voto do Ministro Teori Zavascki no REsp nº 417.804 .....	86
III  Comentários ao voto do Ministro Teori Zavascki na ADI nº 800 .....	88
IV   A relevância dos votos do Ministro Teori Zavascki para o debate sobre a natureza jurídica do pedágio no Brasil.....	91
V    Conclusão.....	96
Referências .....	97

## UM TÉCNICO HUMANISTA

<b>Eliana Calmon Alves</b> .....	99
I    Introdução.....	99
II   Comentários sobre o precedente .....	101
1    Introdução.....	101
2    Análise do acórdão .....	104
3    Votos divergentes.....	105
4    Comentários .....	107
III  Conclusões .....	109
Referências .....	110

## O JULGAMENTO DA RCL Nº 4.335/AC E A APLICAÇÃO DO ART. 52, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

<b>Gilmar Ferreira Mendes</b> .....	113
I    Introdução.....	113
II   O julgamento da Rcl nº 4.335 .....	116
III  Conclusão.....	118

## TEORI ZAVASCKI: O JURISTA QUE SE TORNOU REFERÊNCIA NO MEIO JUDICIAL SEM NUNCA TER BUSCADO O PROTAGONISMO

<b>José de Castro Meira</b> .....	123
-----------------------------------	-----

I	Introdução.....	123
II	Comentários sobre julgados selecionados .....	125
II.1	TRF4, AC nº 90.04.00445-9, 2ª Turma.....	125
	Breve relato .....	125
	Comentários .....	126
II.2	STJ, REsp nº 575.280, voto-vista.....	130
	Breve relato .....	131
	Comentários .....	132
II.3	STF, ações diretas de inconstitucionalidade nºs 4.357 e 4.425, voto vogal vencido .....	137
	Breve relato .....	137
	Comentários .....	140
III	Conclusão.....	143
	Referências .....	144

## EM HOMENAGEM A TEORI

<b>Ellen Gracie Northfleet</b> .....	147
--------------------------------------	-----

## CONTRIBUIÇÕES DO MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI AO TEMA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DA EFICÁCIA TEMPORAL DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO

<b>Claudio Xavier Seefelder Filho</b> .....	161	
1	Introdução.....	161
2	Jurisdição constitucional e a força do precedente do STF .....	164
3	A coisa julgada nas relações jurídicas de trato sucessivo, os limites temporais da coisa julgada e a cláusula <i>rebus sic stantibus</i> .....	169
4	Conclusão.....	181
	Referências .....	181

## LIÇÕES ATUAIS NO MINISTRO TEORI SOBRE A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA

<b>Luana Vargas Macedo</b> .....	185	
I	Notas introdutórias sobre o papel desempenhado pelo Ministro Teori Albino Zavascki no debate em torno da constitucionalidade ou não da chamada “execução provisória da pena” .....	185
II	Evolução da jurisprudência do STF sobre a execução provisória da pena .....	187
III	Definição do objeto deste artigo .....	190
IV	O art. 283 do CPP traduz interpretação razoável e legítima do princípio da presunção de inocência previsto no art. 5º, inc. LVII, da CF/88? .....	191
IV.1	Nota prévia: o art. 283 do CPP e o art. 5º, inc. LVII, da CF/88 possuem conteúdos distintos.....	191
IV.2	Conteúdo essencial do princípio da presunção de inocência, nos termos previstos na Constituição brasileira .....	192
IV.3	A vedação à proteção insuficiente de direitos individuais e sociais como limite ao espaço de conformação do legislador na densificação do princípio da presunção de inocência .....	195
IV.4	A vedação à execução provisória da pena contribui para a disfuncionalidade do sistema penal brasileiro.....	197

V	O outro lado da moeda: a execução provisória não ofende a proporcionalidade em sua faceta de proteger o réu em face do excesso estatal.....	204
V.1	A prisão após decisão condenatória de 2ª instância resulta de um juízo exaustivo e definitivo acerca da culpa do réu .....	204
VI	Efeitos colaterais decorrentes da vedação da execução provisória da pena – Recursos protelatórios, morosidade e seletividade .....	208
VII	O impacto da execução provisória da pena na situação carcerária do país: primeiras impressões .....	210
VIII	Conclusão: as decisões proferidas em 2016 pelo STF sobre o tema “execução provisória da pena” representaram uma mudança de rumos que precisa ser retomada .....	211

#### COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL PENAL NO CASO BORIS BEREZOVSKY: O ACÓRDÃO DO STJ NA RECLAMAÇÃO Nº 2.645/SP

<b>Anselmo Henrique Cordeiro Lopes</b> .....	215
Introdução.....	215
1 Antecedentes fáticos do caso.....	215
2 Argumentos apresentados pela parte reclamante .....	216
3 Antecedentes jurídicos do tema.....	217
4 Diferenciação entre carta rogatória e auxílio direto .....	219
5 Os fundamentos do voto de Teori Zavascki na Reclamação nº 2.645/SP .....	221
6 Votos divergentes e convergentes .....	226
7 Legado do precedente: as grandes investigações de combate à corrupção .....	228
Conclusão.....	230
Referências .....	230

#### O MAGISTRADO TEORI ALBINO ZAVASCKI E O DIREITO PROCESSUAL CIVIL: TUTELA ANTECIPADA, COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE

<b>Daniel Coussirat de Azevedo</b> .....	233
I .....	234
II .....	238
III .....	243

#### AÇÕES RESCISÓRIAS E A SÚMULA Nº 343 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A ABORDAGEM DETERMINANTE DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI

<b>Lana Borges Câmara</b> .....	245
Referências.....	257

#### A SENTENÇA MERAMENTE DECLARATÓRIA COMO TÍTULO EXECUTIVO – UMA IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO DE TEORI ALBINO ZAVASCKI

<b>Fredie Didier Jr., Paulo Mendes</b> .....	259
1 Considerações iniciais.....	259
2 Da “sentença condenatória” à “decisão que reconhece a existência de uma obrigação” .....	260
3 O direito à mera declaração .....	265
4 Da não interrupção da prescrição pela demanda meramente declaratória .....	266

5	Exemplos de decisões meramente declaratórias com força executiva.....	267
6	Considerações finais.....	268
	Referências .....	268

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO COLETIVO

<b>João Batista de Figueiredo</b> .....	271
1 Introdução.....	271
2 Breve incursão na doutrina de Zavascki sobre processo coletivo .....	272
2.1 Direitos transindividuais (difusos e coletivos) e direitos individuais (homogêneos).....	273
2.2 Os dois grandes domínios do processo coletivo.....	275
2.2.1 O domínio da tutela dos direitos transindividuais, difusos e coletivos (a ação civil pública, a ação popular e a ação de improbidade administrativa).....	275
2.2.2 O domínio da tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos (as ações civis coletivas e o mandado de segurança coletivo) .....	277
3 Comentários sobre os precedentes objeto do artigo.....	279
3.1 TRF4, AI nº 93.04.19891-7, 2ª Turma, DJ de 19.1.1994: Processo civil. Processo coletivo. Ações individuais concomitantes. Alternativas .....	280
3.2 TRF4, AC nº 94.04.48727-9, 2ª Turma, DJ de 4.12.1996: Processual civil. Processo coletivo. Associação. Legitimidade. Relação jurídica tributária.....	282
3.3 TRF4, AC nº 94.04.54999-1, 5ª Turma, DJ de 26.7.1995: Processual civil. Ação civil pública. Cabimento. Perdas do FGTS.....	285
3.4 STJ, REsp nº 605.323, Primeira Turma, DJ de 17.10.2005: Processual civil. Ação civil pública. Defesa do meio ambiente. Cumulação de pedidos.....	288
4 Conclusão.....	291
Referências .....	292

## TEORI ALBINO ZAVASCKI: RETIDÃO E PADRÃO DE COERÊNCIA JURISPRUDENCIAL. O TEMA DA TRIBUTAÇÃO NA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

<b>Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Liziane Paixão Silva Oliveira</b> .....	295
1 Introdução e linhas gerais da investigação.....	295
2 O Recurso Especial nº 963.387-RS, uma situação kafkiana e a decisão do Colegiado .....	296
3 O Recurso Especial nº 963.387-RS, a posição do Ministro Teori e o princípio do <i>non olet</i> .....	297
4 Considerações finais.....	302
Referências .....	302

## O JULGAMENTO DO RESP Nº 426.945 (CASO VOLVO) E O VOTO DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI: A DESMISTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS TRIBUTÁRIOS

<b>Adriano Chiari da Silva</b> .....	305
--------------------------------------	-----

## AS CONTRIBUIÇÕES DE ZAVASCKI E O FENÔMENO INFLACIONÁRIO DOS CRÉDITOS ESCRITURAIS

<b>Amanda de Souza Geracy</b> .....	315
1 Breves reflexões sobre o estilo julgador do Ministro Teori Zavascki .....	315

2	A contribuição de Teori à pacificação da controvérsia em torno da correção monetária dos créditos escriturais.....	317
2.1	Esclarecimentos necessários: do regramento aplicável aos créditos escriturais e a diferenciação com o indébito tributário .....	317
2.2	Do julgamento, pelo STJ, do Recurso Especial nº 552.015/RS e dos embargos de divergência em recursos especiais nºs 468.926/SC e 530.182/RS.....	318
3	Da evolução da discussão: termo inicial da correção monetária excepcionalmente devida .....	323
4	Considerações finais.....	324
	Referências.....	324

#### COMENTÁRIOS AO ACÓRDÃO DO STF NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 541.090/SC

	<b>Paulo Roberto Riscado Junior, Moisés de Sousa Carvalho Pereira</b> .....	327
1	Breves palavras sobre o Ministro Teori Zavascki.....	327
2	Introdução.....	327
3	Resumo dos votos dos ministros Joaquim Barbosa e Teori Zavascki no RE nº 541.090/SC .....	333
4	Comentários aos votos dos ministros Joaquim Barbosa e Teori Zavascki no RE nº 541.090/SC .....	335
5	Conclusão.....	340
	Referências .....	340

#### PRECEDENTES RELEVANTES EM DIREITO TRIBUTÁRIO: HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA, ISENÇÕES E IMUNIDADES

	<b>Alexandra Maria Carvalho Carneiro</b> .....	343
I	Introdução.....	343
II	Comentários sobre precedentes.....	345
II.1	Impossibilidade de estender revogação de isenção por ato infralegal .....	345
II.2	Incidência de imposto de renda sobre verba indenizatória .....	348
II.3	Imunidade das entidades beneficentes de assistência social .....	354
III	Conclusão.....	358
	Referências.....	359

#### SOB O SIGNO DE TEORI: JULGAMENTOS SOBRE A EXTINÇÃO DO CRÉDITO PÚBLICO

	<b>José Péricles Pereira de Sousa</b> .....	361
	Julgamentos sobre a extinção do crédito público .....	362
	Tese dos 5 + 5 .....	362
	Inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212/91 .....	366
	Prescrição para repetir, quando há declaração de inconstitucionalidade pelo STF.....	369
	Recurso repetitivo sobre prova de recolhimentos em mandados de segurança .....	371
	Conclusão.....	374



**MOLDURA JURISPRUDENCIAL DO INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA: LEGADO DO MIN. TEORI**

<b>Flávia Palmeira de Moura Coelho, Rogerio Campos</b> .....	377
1 Introdução.....	377
2 Impossibilidade de expedição de certidão de regularidade fiscal em face da existência de tributo declarado pelo contribuinte e não pago .....	378
3 Denúncia espontânea .....	380
4 Responsabilidade do sócio-gerente.....	384
5 Conclusões.....	388
Referências .....	388

**REFLEXÕES E LEGADOS DE TEORI SOBRE O TEMA DO SIGILO BANCÁRIO**

<b>Luciana Miranda Moreira</b> .....	391
Julgados.....	391
Introdução.....	391
Comentários .....	392
Conclusões.....	397
Referências.....	398

**A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI NA DISCUSSÃO DO CRÉDITO-PRÊMIO DO IPI**

<b>Fabício Da Soller</b> .....	399
Introdução.....	399
O termo final de vigência do crédito-prêmio do IPI.....	400
Conclusão.....	406

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO: DO MAGISTÉRIO À MAGISTRATURA, DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

<b>Oscar Valente Cardoso</b> .....	409
Introdução.....	409
1 Valor mínimo dos benefícios previdenciários.....	410
2 Benefício previdenciário e coisa julgada administrativa .....	412
3 Prazo decadencial para a revisão de benefício previdenciário .....	414
4 Direito à desaposentação .....	416
Conclusões.....	419

**DANO MORAL COLETIVO IN TEORI: INQUIETUDES PERSISTENTES**

<b>Paulo Marcos de Farias, Vanessa Wendhausen Cavallazzi</b> .....	421
1 Introdução.....	421
2 Recurso Especial nº 598.281/MG: um voto paradigmático .....	422
3 “Danos morais transindividuais?” .....	425
3.1 A natureza jurídica do dano moral coletivo e os requisitos para o seu reconhecimento.....	426
3.2 A conexão entre danos morais e a ideia de transindividualidade .....	428
4 Dano moral coletivo: contribuições para um conceito operacional .....	431

5	Conclusão.....	435
	Referências.....	436
<b>REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONSTITUIÇÃO</b>		
	<b>Manoel L. Volkmer de Castilho</b> .....	439
	Introdução.....	440
	Um pouco da história das ocupações .....	441
	A regularização fundiária. Terras devolutas da União .....	445
	Faixa de fronteira. Reforma agrária .....	445
	Política fundiária atual e Constituição .....	460
	O direito à regularização .....	472
	Conclusão.....	475
<b>NOTA SOBRE O TEMA DECISÃO DO STF NA AC Nº 4.070 – “SUSPENSÃO DE MANDATO PARLAMENTAR E AFASTAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS”</b>		
	<b>Luiz Carlos Sturzenegger</b> .....	477
	Introdução.....	477
	O caso .....	479
	Voto. Soberania popular. Imunidades para detentores de mandato eletivo.....	479
	Imunidades parlamentares e sentença penal condenatória transitada em julgado. Jurisprudência do STF. Evolução recente .....	480
	Suspensão de mandato eletivo por decisão do STF em processo criminal em fase de investigação (AC nº 4.070 DF). Fundamentos .....	485
	Suspensão de mandato eletivo por decisão do STF em processo criminal em fase de investigação (AC nº 4.070 DF). Discussão.....	488
	Referência.....	492
	<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	493